

Incubadoras Universitárias: sua contribuição aos empreendimentos de economia popular solidária¹

College incubators: its contribution to the popular solidarity economy enterprises

Caroline Goerk

Resumo: A Economia Popular Solidária, materializada principalmente por cooperativas e associações, vem se constituindo no limiar do século XXI como uma das formas dos trabalhadores de gerarem renda – especialmente os menos qualificados. Diante desta realidade, o Governo Federal, juntamente com outras instâncias de fomento, vem possibilitando e incentivando a criação de Incubadoras Universitárias. As Incubadoras Universitárias, por meio do processo de incubação, objetivam assessorar os empreendimentos coletivos, tendo como intencionalidade que estas experiências se viabilizem no mercado, de forma que possam gerar trabalho e renda aos seus integrantes.

Palavras-chave: geração de renda; economia popular solidária; incubadoras universitárias.

Introdução

Nas últimas décadas do século XX e no limiar do XXI, estão ocorrendo transformações relacionadas ao processo de trabalho. Estas transformações vêm gerando uma substituição dos trabalhadores – especialmente os menos qualificados. Assim, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência aos sujeitos que comumente estão à margem do mercado formal de trabalho. Diante desta realidade, a Economia Popular Solidária vem configurando-se no Brasil – diante do processo de reestruturação do capital –, como uma das alternativas existentes para os sujeitos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho, visando à geração de trabalho e renda.

As experiências de Economia Popular Solidária são materializadas principalmente pelas cooperativas e associações que possuem como intencionalidade a geração de trabalho e renda aos seus integrantes. Salienta-se ainda que estas experiências coletivas, quando apoiadas por instituições governamentais e da sociedade civil – incluindo

¹ Este artigo é originado de uma pesquisa de doutorado realizada por meio do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na PUCRS e com o apoio da CAPES. Colaborou com esta pesquisa também as acadêmicas Caroline Santos da Rosa e Eliane Saucedo do Curso de Serviço Social da Unipampa.

o Fórum de Economia Popular Solidária² -, e pelas incubadoras universitárias, em parceria com o Estado, e, ainda, quando o processo de trabalho nestes empreendimentos é desenvolvido de forma que vá ao encontro dos Princípios do Cooperativismo³, pode-se referir que estes empreendimentos coletivos podem se constituir, também, em formas de rebeldia e resistência às manifestações de desigualdade da questão social. Reporta-se a esta realidade ao mesmo tempo em que se compreende, também, o aspecto contraditório que envolve as experiências coletivas. Ou seja, ao mesmo tempo em que estas experiências constituem-se em possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos, também são funcionais ao sistema, na medida em que, apoiadas pelo Estado – que objetiva viabilizar estes empreendimentos –, acabam por atenuar os conflitos de classe mantendo o *status quo*.

Apesar desta realidade contraditória, estas experiências coletivas possuem relevância, pois se constituem como uma das alternativas existentes para gerar renda aos trabalhadores e seus familiares. Por isto, neste artigo serão introduzidas as características das incubadoras universitárias, que assessoram e/ou apoiam estes empreendimentos coletivos, em parceria com o Estado Brasileiro, bem como o processo de incubação. Num segundo momento serão abordados as instituições, as redes e programas sociais de fomento às Incubadoras Universitárias, em parceria que atuam em parceria com o Governo Federal. Por fim, serão tecidas as considerações finais.

1. As Incubadoras Universitárias e o Processo de Incubação

No que se relaciona ao trabalho que é desenvolvido por intermédio das incubadoras universitárias, pode-se salientar que o mesmo objetiva a conciliação entre o saber popular e o saber técnico-científico. Ou seja, a Incubadora visa a assessorar técnica, administrativa e politicamente, de forma integrada e contínua (EID, 2004), as experiências coletivas de geração de trabalho e renda, denominadas de Economia Popular Solidária, bem como os seus integrantes.

As universidades, por meio das incubadoras de Economia Popular Solidária, diferentemente das incubadoras tecnológicas – anteriormente existentes e direcionadas para a produção de tecnologias demandadas por uma parcela específica da população –, passam a desenvolver o trabalho de incubação tendo como perspectiva atender as demandas originadas pela questão social, e também os sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade social. Esta realidade está relacionada com uma nova proposição do Estado e das universidades, que por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento vinculado a Senaes, entre outras formas, buscam a atender esta demanda social.

² Representados pelos Fóruns de Economia Popular Solidária Nacional, Estaduais e Regionais.

³ Constituídos pela democracia, solidariedade, participação, autogestão, conscientização, entre outros.

Destaca-se ainda que as incubadoras podem estar vinculadas às universidades federais, comunitárias e privadas. Por meio das incubadoras de Economia Popular Solidária, objetiva-se incubar e/ou assessorar as experiências de geração de trabalho e renda, com vistas a fortalecê-las e potencializá-las de forma que adquiram viabilidades no mercado.⁴ Busca-se também, por meio do trabalho de incubação, a inserção socioeconômica de sujeitos que estão à margem do mercado formal de trabalho, e contribuir, também, conseqüentemente, com o desenvolvimento sustentável local e regional. Salienta-se ainda que o processo de incubação e assessoria objetiva por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e da Senaes, formalizar e legalizar as experiências coletivas que estão constituídas por meio de grupos de trabalho, transformando-as em associações e/ou cooperativas.

Outro aspecto preponderante no que concerne às incubadoras universitárias de Economia Popular Solidária está relacionado com a conciliação entre a pesquisa, o ensino e a extensão por meio das incubadoras. Para a elaboração de sistematizações sobre a metodologia de incubação, no entanto, faz-se necessária a conciliação destes três elementos, considerando que um complementa o outro, principalmente para a produção de conhecimento científico.

O envolvimento das universidades com a construção da Economia Solidária é particularmente importante pela capacidade de pesquisa e de elaboração teórica que possuem. Estudantes, professores e técnicos se engajam na formação e incubação de cooperativas populares, recém-formados criam suas próprias cooperativas, experiências autogestionárias (como cooperativas de crédito) no próprio campus; são espaços de aprendizado, mas também de observação e reflexão sobre esse modo de produção revivido e seu papel na sociedade contemporânea (CATTANI, 2003, p. 37).

As incubadoras universitárias constituem-se em espaços de produção de conhecimento, ou seja, de pesquisa, ensino e extensão, em que os pesquisadores e demais profissionais técnico-administrativos desenvolvem estudos sobre as comunidades e sujeitos incubados, sobre procedimentos e metodologias de incubação, bem como sobre a Economia Popular Solidária como um todo.

Além da produção de conhecimento, a incubadora tem como intencionalidade também apoiar e participar da realização dos Fóruns de Economia Solidária em âmbito local e regional e dos Fóruns Estaduais e Nacional. Destaca-se que é muito importante a divulgação da Incubadora, dos Fóruns e da Economia Popular Solidária, seja por meio de apresentações de trabalhos, seja pela sistematização da metodologia

⁴ As incubadoras integram uma das atividades e/ou ações previstas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes –, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, sendo que para isto foi criado também o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas – Proninc.

utilizada para o processo de incubação, pelos boletins informativos e demais divulgações na mídia. Desta forma, os trabalhos de incubação adquirem visibilidade, de modo que podem pressionar os governos para que os apoiem no processo de incubação. Neste sentido, salienta-se a importância do apoio de agências de fomentos e/ou de órgãos públicos para este tipo de atividade, pois as incubadoras atuam comumente com os sujeitos que vivenciam as manifestações de desigualdade da questão social, e que geralmente estão em situação de vulnerabilidade social.

Menciona-se, ainda, que as primeiras atividades desenvolvidas que possuem como intencionalidade assessorar cooperativas e associações, foram desenvolvidas no início da década de 90 do século XX pelas seguintes experiências-piloto: montagem da cooperativa de Manguinhos, junto a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz –, seguida pelo trabalho desenvolvido na Baixada Fluminense, observando que, posteriormente, o mesmo foi estendido às favelas existentes no Rio de Janeiro. Deve-se destacar, porém, que a primeira incubadora criada foi a da UFRJ⁵ em 1995, seguida pela da USP – esta última realizou diversos eventos dirigidos pelo secretário nacional Paul Singer. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ teve como finalidade constituir maneiras de inserir os setores econômicos marginalizados do sistema tradicional capitalista para o sistema formal da economia solidária (Conferência..., 2006).

Em relação ao trabalho desenvolvido no processo de incubação junto às experiências de Economia Popular Solidária pode-se referir que o mesmo consiste ainda num trabalho incipiente, bem como menciona-se que não existem formas pré-determinadas de realizá-lo. Ou seja, o trabalho que envolve as metodologias utilizáveis para a incubação, está ainda em fase de elaboração e construção, por se tratar de uma atividade inicial. É por meio da práxis social e do contínuo processo de reflexão crítica sobre o trabalho de assessoria que vem sendo desenvolvido pelas instituições sociais e governamentais e, principalmente, pelas incubadoras universitárias – que assessoram os empreendimentos coletivos –, que vão sendo criadas metodologias que abarcam esta demanda de incubação, que objetiva a viabilidade das cooperativas, associações, grupos informais⁶, empresas autogestionárias, entre outros.

A incubação consiste numa assessoria desenvolvida às experiências de Economia Solidária. A assessoria pode ser entendida

⁵ Por meio de uma ação articulada no âmbito do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida –Coep –, foi criada em 1995, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep e da Fundação Banco do Brasil – FBB –, a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP. A missão deste projeto era desenvolver a metodologia de incubação de cooperativas populares e de difusão desta tecnologia social para outras universidades do país (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009). A incubadora da UFRJ contava com o apoio de profissionais da área social e tecnológica.

⁶ Um dos objetivos do processo de incubação consiste em legalizar e regulamentar os grupos informais em cooperativas ou associações.

como uma forma de acompanhamento e monitoramento de uma determinada demanda, em que o assessor normalmente não tem vínculo permanente com o local da prestação e realização desse trabalho ou serviço.

Assim, a assessoria está voltada para a busca de totalização no processo de prática no sentido de apontar, resgatar e trabalhar as deficiências, os limites, recursos e possibilidade da equipe, socializando conteúdos, instrumentos de indagação e análise, e também produzindo estudos e análises que a equipe não está preparada e nem é seu papel realizar, tendo em vista as respostas concretas e imediatas que precisa dar às demandas que a realidade põe à sua ação (VASCONCELOS, 1995, p. 132–133).

Para a execução de uma assessoria, faz-se necessária clareza acerca de quais são os objetivos pretendidos pelos mandatários do empreendimento que a solicita. Também é preciso conhecer a experiência coletiva, por meio de um diagnóstico – conhecimento da realidade –, a fim de tornar possível um processo de trabalho interventivo, que venha ao encontro da qualificação profissional de todos os envolvidos. Geralmente a assessoria é solicitada pelos trabalhadores das experiências coletivas, quando se percebe a necessidade de profissionais para amparar e/ou solidificar o empreendimento.

O público-alvo que envolve o processo de incubação advém de duas modalidades: a) trabalhadores historicamente excluídos do mercado formal de trabalho; b) trabalhadores que perderam o seu emprego, devido ao processo de globalização da economia e reestruturação do capital (Incubadora..., 2006). Ou seja, o seu público-alvo era os desempregados e os sujeitos que trabalhavam de modo individual e informal. O desenvolvimento do processo de incubação se dá com base nos conflitos presentes no processo produtivo e de gestão, que envolvem os trabalhadores dos empreendimentos coletivos.

1.1. O Processo de Incubação

O processo de incubação e/ou assessoria, está respaldado em três etapas: a pré-incubação, a incubação e a pós-incubação⁷. A assessoria ou processo de incubação, porém, pode ser considerado também, como algo contínuo e processual. O processo de incubação/assessoria atende experiências coletivas em fase de formação e também empreendimentos já em período de desenvolvimento de suas atividades (Incubadora..., 2006, p.5).

Pela etapa de pré-incubação pode-se relacionar com o momento em que grupos, associações, cooperativas, ou seja, experiências de

⁷ Visando esmiuçar o processo de incubação e também devido à escassez de produções acadêmicas que abordem com clareza o processo de incubação, utilizou-se a obra de Farid Eid (2004).

Economia Popular Solidária, por meio de seus representantes, solicitam o processo de incubação – seja à incubadora ou por meio do Fórum e, posteriormente, encaminham à incubadora uma carta simples, porém formal. Num primeiro momento será realizada uma visita ao empreendimento coletivo, esclarecendo os integrantes acerca do significado da incubadora, bem como sobre a possível assessoria. Após o comprometimento e interesse da experiência coletiva, é desenvolvido um diagnóstico sobre o empreendimento – sua viabilidade econômica, sua forma de organização, caracterização dos processos de gestão, entre outros – e de seus integrantes (EID, 2004). Este trabalho deve ser desenvolvido de forma participativa. Após a elaboração deste diagnóstico são encaminhadas propostas de assessoria/incubação ao empreendimento objetivando a sua sustentabilidade. O trabalho deve ser sempre desenvolvido de forma participativa, de modo que desde o princípio da incubação vise à viabilidade da experiência assessorada e de seus integrantes. Por meio de utilização de técnicas e instrumentos para a realização do diagnóstico, os assessores terão condições de fazer uma delimitação das necessidades e possibilidades da experiência que solicita a incubação, bem como deverão também trabalhar as expectativas dos trabalhadores destes empreendimentos em relação ao processo de incubação – por exemplo: o que esperam do processo, do assessor, o que almejam com o processo de incubação, entre outros.

A incubação terá continuidade – após o aceite das experiências e da incubadora – por intermédio de um planejamento participativo, que determinará as ações a serem desenvolvidas, tanto pela incubadora como pelas experiências incubadas. Serão realizadas reuniões e demais formas de acompanhamento das experiências de Economia Popular Solidária. Mediante esse acompanhamento contínuo do empreendimento por assessores técnicos – assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, sociólogos, economistas, contadores, advogados, entre outros –, devem ser desenvolvidas oficinas e, por vezes, utilizadas dinâmicas de grupo, reuniões e encontros para a qualificação dos trabalhadores assessorados (EID, 2004). Nestas oficinas poderão ser trabalhados temas relacionados com as demandas – prioridades – existentes nas experiências⁸. Em seguida é desenvolvida a etapa da assessoria, que envolve a qualificação

⁸ Entre as demandas destacam-se: fortalecimento dos empreendimentos e dos trabalhadores, enquanto coletivo, visando o exercício da cidadania destes sujeitos; a promoção da participação dos trabalhadores, objetivando a autogestão dos empreendimentos coletivos; oportunizar o processo de conscientização por meio de reflexões acerca da realidade social e econômica (por exemplo: jovens e maiores de 40 anos excluídos do mercado formal de trabalho – III Revolução Industrial, desemprego –, tudo com uma linguagem simples e de fácil compreensão); proporcionar reflexões e esclarecimentos acerca dos Princípios do Cooperativismo; dar visibilidade ao papel representativo da mulher nos empreendimentos coletivos; incentivar a qualificação profissional – estudo, cursos, palestras – e a participação dos associados em Fóruns e Feiras de representação da Economia Solidária; promover a consciência popular e ecológica – significado do trabalho realizado pelos trabalhadores na sociedade e ao meio ambiente –, entre outros.

administrativa, contábil, ambiental e demais demandas advindas das experiências coletivas, objetivando a sua viabilidade.

Cita-se como atividades que podem envolver esta etapa do processo de incubação, os seguintes elementos: a) formação de equipe da incubadora composta por docentes, técnico-administrativos e discentes, vinculados às diversas áreas de conhecimento; b) qualificação e aperfeiçoamento contínuo da equipe da incubadora – na medida em que se contata com a realidade a ser trabalhada, os profissionais adquirem uma compreensão mais elaborada sobre a mesma, de modo que possivelmente fiquem constantemente redefinindo o processo de assessoria por meio da incubação –; c) identificação das comunidades das experiências coletivas que desejam do processo de incubação; d) diagnóstico da realidade e análise da viabilidade econômica e social do grupo coletivo na comunidade local ou regional; e) transmissão dos princípios dos precursores do cooperativismo a partir de curso realizado sobre formação em cooperativismo e associativismo; f) desenvolvimento de proposta de atividade fim da cooperativa ou associação, visando suas viabilidades no mercado – estabelecimento de atividades econômicas identificadas como passíveis de serem desenvolvidas pelas cooperativas incubadas; g) regulamentação do empreendimento, por meio da formulação dos estatutos, fundo, e regimento interno da cooperativa e associação⁹; h) qualificação e aprimoramento dos trabalhadores incubados de modo que os mesmos se tornem aptos para a atividade-fim da cooperativa ou associação, seja de produção, trabalho, serviços, entre outras; i) sistematização e organização do trabalho administrativo, contábil e jurídico das cooperativas e associações incubadas; j) acompanhamento e assistência técnico-administrativa aos trabalhos das cooperativas incubadas; e, por fim, l) término do processo de incubação (Incubadora..., 2006).

Por fim ocorre o período de pós-incubação, que consiste na realização de ações mais pontuais a partir das demandas e das necessidades das experiências coletivas. Nesta etapa a incubadora terá um papel de aconselhamento e de proposições de decisões estratégicas, ou seja, conforme a necessidade dos empreendimentos, com vistas a continuar dando um aporte à viabilidade destas experiências coletivas (EID, 2004). Também se deve realizar um novo diagnóstico das experiências incubadas, que poderá prospectar as ações futuras dos empreendimentos efetuados.

⁹ “O estatuto da cooperativa é o documento fundamental que estabelece os direitos e deveres dos associados, as atribuições dos órgãos de Administração, bem como os mecanismos de funcionamento da cooperativa. Os fundos são forma de garantia da seguridade social para os associados e permitem o crescimento social e financeiro do grupo. Já o regimento interno da cooperativa é o documento que rege as relações entre os cooperadores e entre a cooperativa e o mercado, disposto ainda sobre as normas de conduta no trabalho e as sanções para o descumprimento das bases do acordo que originou a cooperativa” (Incubadora..., 2006, p. 72).

Salienta-se, também, que nas três etapas deverão ser efetivadas reuniões de monitoramento e avaliação, ou seja, de uma avaliação crítica do trabalho que será desenvolvido¹⁰. Este processo de monitoramento e avaliação deverá acontecer objetivando contribuir para a qualidade do processo de incubação, refletindo sobre quais são os limites do trabalho realizado e, também, sobre quais são as possibilidades e alternativas do mesmo.

Ocorre que o momento que envolve o término do processo de incubação é caracterizado pelas incubadoras, de um modo geral, como um dos mais difíceis, devido à dependência que algumas cooperativas e associações estabelecem em relação às incubadoras – bem como às demais instituições governamentais ou da sociedade civil que realizam a assessoria – durante o processo de incubação. Esta realidade consiste num dos grandes desafios às incubadoras universitárias, ou seja, possibilitar que as experiências de Economia Popular Solidária tornem-se viáveis no mercado após o término do processo de incubação. Por isto, o processo de monitoramento e avaliação do trabalho de incubação deve ser constante e permanente durante e após a incubagem, pois é neste momento que se pode rever o trabalho que está sendo realizado ou foi desenvolvido.

2. As Instituições, Redes e Programas Governamentais de Fomento às Incubadoras Universitárias

Para a realização do processo de incubação foram criadas redes, em âmbito nacional, que potencializam este trabalho. A articulação das incubadoras está sendo realizada por redes de incubação; entre elas destacam-se a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCPs¹¹ – e a Unitrabalho – criada em 1997, e que hoje é designada de Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho. Deve-se ressaltar a forte influência dos universitários no desenvolvimento de ambas as redes, posto que as duas também possuem relação direta com as equipes que integram as incubadoras universitárias (Conferência..., 2006). As incubadoras, por sua vez, associam-se a uma destas redes para que seus integrantes possam se qualificar – por meio da participação de grupos de estudos e realização de eventos e encontros –, bem como visando a fortalecer esta demanda de modo que a Economia Popular Solidária possa cada vez mais adquirir visibilidade, e, conseqüentemente, apoio governamental.

¹⁰ Por monitoramento compreende-se o acompanhamento das atividades que estão sendo desenvolvidas – observando como estão sendo desempenhadas, se os recursos, ações e temporalidade previstos dão conta das metas propostas, entre outros –; já por avaliação pode-se compreender o momento em que se avalia o que está sendo um foi desenvolvido (MARINO, 2003).

¹¹ Em 1999 originou-se a rede universitária de ITCPs, contando com 16 incubadoras: UFRJ, USP, UFC, UFRN, UFRPe, UEB, UFJF, UFSJ, UFV, UFSCar, PUC-SP, Unicamp, UFPR, Furb (Blumenau), UCPel (Pelotas) e Unisinos.

As redes possuem aspecto interdisciplinar e seu principal objetivo consiste na ação e produção de metodologias para dirigir os empreendimentos de geração de trabalho e renda, e incitar o fortalecimento da Economia Popular Solidária no Brasil (Conferência..., 2006). A gestão democrática deve ser a base das redes, e ser efetuada por meio da comunhão de todos os seus membros nas tomadas de decisão, pelo direito à informação e incentivo à participação.

As redes buscam integrar nas universidades, por meio das incubadoras, o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que ambas as redes possuem como princípios: a) reafirmar os princípios da Aliança Cooperativista Internacional; b) conceber a universidade como uma instituição a ser respeitada como locus de produção e socialização de conhecimento, com autonomia crítica e produtiva; c) desenvolver e disseminar conhecimentos sobre Cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária; d) estimular a intercooperação promovendo a produção e socialização dos conhecimentos entre as incubadoras e destas com o meio universitário, outras redes afins e a sociedade; e) estimular a criação de Incubadoras Tecnológicas, promovendo, disseminando e orientando a aplicação de seus princípios e sua inserção nas redes; f) organizar-se autonomamente e se relacionar com outras redes que conjuguem princípios e objetivos convergentes; g) trabalhar na constituição, consolidação e integração das Cooperativas Populares, fortalecendo, subsidiando e respeitando a autonomia dos fóruns e redes que estão integradas (Conferência..., 2006).

Para que existam experiências de Economia Popular Solidária deve haver, também, políticas e programas governamentais direcionados para esses empreendimentos coletivos. Seria interessante que os empreendimentos de Economia Popular Solidária tivessem, desde o princípio, o apoio e o patrocínio do poder público (SINGER, 1999).

A Lei nº 5.764/71 [...] ao se referir à Política Nacional de Cooperativismo, é impositiva no seu art. 2º [...] a ação do poder Público se exercerá, [...] mediante a prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas (NASCIMENTO, 2000, p. 52).

A longevidade e durabilidade desses empreendimentos coletivos dependem de apoio de vínculos externos – políticas e programas sociais, instituições de fomento, assessorias técnicas, informações mercadológicas, entre outros. À Economia Popular Solidária faz-se necessário assegurar a cada empreendimento, “um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento a orientação técnica, legal, contábil, etc.” (SINGER, 1999, p. 132).

Com a intenção de promover as incubadoras universitárias – para além do apoio das redes de incubadoras –, as mesmas vêm contando, desde seu princípio, com o apoio e incentivo do Coep, da Finep, do Proninc, da FBB, de prefeituras, entre outros. Destaca-se que a Coep

possui como objetivo agir no enfrentamento da fome e das desigualdades sociais existentes no país – tendo como seu precursor o sociólogo Herbert de Souza.

Destacam-se, porém, como apoiadores e financiadores das incubadoras universitárias, principalmente a Finep e o Proninc. A Finep é um meio pelo qual as incubadoras universitárias buscam apoio técnico e especializado, mas, principalmente, suporte financeiro. A Finep consiste no maior órgão financeiro de amparo às incubadoras universitárias, considerando que, se não fosse por meio desse apoio, possivelmente as incubadoras universitárias, em sua maioria, teriam que cancelar as suas atividades de incubação.¹²

Em relação ao Proninc, salienta-se que o mesmo foi criado em 1997, tendo como signatários, também, a Finep, o Banco do Brasil – BB –, a FBB e o Coep. Em 2003, com a criação da Senaes/MTE, o Proninc passou a ser coordenado por esta Secretaria.¹³ Diante desta realidade, o Proninc passou a ser um programa vinculado ao Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, por intermédio de uma das suas atividades e objetivos, a de fomentar a criação e manutenção de incubadoras de empreendimentos de geração de trabalho e renda no Brasil, que constituem a Economia Popular Solidária. Ou seja, o Proninc, apesar de ser um programa em âmbito nacional, foi criado para desenvolver uma das atividades e objetivos previstos pelo Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, com o intuito de complementá-lo.¹⁴

O Proninc é gerido por um Comitê Gestor composto pelas entidades apoiadoras e que fomentam as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares (SISTEMA...,2009)¹⁵, por meio de editais que são lançados de acordo com o planejamento desse trabalho.¹⁶ Entre as entidades apoiadoras destacam-se – além da Senaes/MTE: Ministério da Educação e Cultura – MEC –, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS –, Ministério da Saúde – MS –, BB, Finep, FBB e Coep.¹⁷ Refere-se, também, que participam do Proninc representantes das Redes de Incubadoras – já citadas –, e do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão Universitária. Já o Comitê Gestor do Proninc é composto pelas seguintes entidades: Finep, Coep, FBB, BB, MTE, MDS, MS, Rede Unitrabalho, Rede de ITCPs e Forproext (SISTEMA..., 2009).

¹² Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

¹³ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

¹⁴ Esta realidade está relacionada com a transversalidade das políticas e programas sociais, que serão abordados no Capítulo IV.

¹⁵ Hoje são mais de 40 incubadoras apoiadas pelo governo federal em todo o território nacional (Disponível em: <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 4 mar. 2009).

¹⁶ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

¹⁷ *Ibid.*

O objetivo do Proninc¹⁸ (PROGRAMA..., 2009) consiste em apoiar a consolidação e ampliação das incubadoras universitárias, de modo a favorecer a criação e o acompanhamento de novas experiências coletivas, principalmente por meio do fortalecimento destes empreendimentos, em parceria com outros órgãos federais.¹⁹ Para isto, são abertos editais e chamadas públicas por intermédio do Proninc, coordenados pela Senaes, em que as Incubadoras Universitárias elaboram e enviam projetos – geralmente relacionados com a extensão universitária –, para introduzir e manter as atividades de incubação. Os projetos aprovados, conforme critérios estabelecidos e divulgados nos referidos editais ou chamadas públicas, serão contemplados com recursos advindos principalmente da FINEP.

Tem-se como perspectiva neste estudo, que o governo federal – e os demais setores governamentais – em parceria com as instituições sociais e incubadoras universitárias, por meio do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento – vinculado à Senaes –, pode potencializar a viabilidade das experiências de Economia Popular Solidária, mesmo que ainda de forma contraditória e incipiente. Salienta-se esta possibilidade principalmente diante da realidade que envolve o mercado de trabalho.

A Senaes e o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento, juntamente com o Proninc e suas instituições de apoio, foram criados para enfrentar as dificuldades que estão sobrepostas aos empreendimentos de Economia Popular Solidária, levando em conta que estes últimos estão relacionados com a inclusão de um segmento social historicamente excluído do mercado formal de trabalho. Esta exclusão é manifestada pela falta de atividades laborativas e postos de trabalho aos sujeitos, que lhes proporcionem a inserção no mercado formal. Entretanto, as incubadoras universitárias, assim como as outras instituições de apoio, devem por meio dos espaços da sociedade civil organizada, apoiar a Senaes na constituição do Novo Marco Legal que agrega estes empreendimentos e seus trabalhadores.

Considerações Finais

A Economia Popular Solidária pode ser considerada uma das alternativas aos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, a

¹⁸ Na proposta do Plano Plurianual 2008-2011, “buscou-se ampliar o escopo do programa, delimitando suas várias linhas de ação de modo mais definido e mais estruturado, com destaque para: a organização da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária; a formação e assistência técnica aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; o fomento às finanças solidárias, sob a forma de bancos comunitários e fundos rotativos solidários; e a elaboração de um marco jurídico diferenciado para a economia solidária, garantindo o direito ao trabalho associado” (Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 4 mar. 2009).

¹⁹ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009).

partir da década de oitenta do século XX. Atualmente existem, no mundo²⁰, cerca de 800 milhões de trabalhadores inseridos em experiências cooperativistas e associativistas. As incubadoras universitárias objetivam, por meio do processo de incubagem, assessorar e fomentar os trabalhadores e os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e renda, com vistas a contribuir com a viabilidade destas experiências.

Para isto, faz-se necessária a colaboração de instituições, redes, e, principalmente, de programas sociais governamentais – entre eles o de Economia Solidária em Desenvolvimento e o do Proninc, ambos vinculados a Senaes inserida no Ministério do Trabalho e Emprego –, por meio de liberação de recursos financeiros e processos de capacitação destinados à equipe de profissionais que trabalham com esta demanda social, para que as incubadoras em parceria com o Estado, possam desenvolver com efetividade as suas atividades, de modo que colaborem com o desenvolvimento social local-regional.

Abstract: The Popular Solidarity Economy, materialized principally by associations and cooperatives, are being constituted, threshold the 21th century, as one of the ways for the workers to income generation – especially the less qualified. Facing this reality, the federal government, with other promotion forums, are being possibiliting and encouraging the creation of College Incubators, that, by the incubation process, has as goal advise the collective enterprises, having as intention that this experiences make itself on the market, in a way that it can generate income and work for its members.

Key words: Income generation; popular solidarity economy; college incubators.

Referências Bibliográficas

CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. DOCUMENTO BASE. Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento In: Cadernos Unijuí. SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidaria. Programa de incentivo à produção docente. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2006.

Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_incubadoras_proninc.asp>. Acesso em: 4 maio 2009.

_____: <<http://www.acompanhamentoproninc.org.br/apresentacao.php>>. Acesso em: 4 mar. 2009).

²⁰ Segundo a Associação das Cooperativas Internacional – ACI (dados de 2001).

_____: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_apresentacao.asp>. Acesso em: 4 mar. 2009).

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologia de incubação de EES. In: PIKANÇO, Iraci; TIRIBA, Lia (Orgs). *Trabalho e Educação*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2004. p. 167-188.

GOERCK, Caroline. *Processos de Trabalho na Economia Popular Solidária: uma forma diferenciada do trabalho coletivo no Vale do Rio Pardo*. Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. (Dissertação de Mestrado).

Incubadora de Economia Solidária da UNIJUÍ. *Empreendimentos da Economia Solidária do Noroeste Gaúcho*. UNIJUÍ Universidade Regional. Editora da Unijuí, Setembro, 2006.

MARINO, Eduardo. *Manual de avaliação de projetos sociais*. 2. ed. São Paulo: Saraiva: Instituto Ayrton Senna, 2003.

NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Cooperativismo como uma Alternativa de Mudança: uma abordagem normativa*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2000.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. Separata de: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 56, p. 114-134, mar. 1995.

